

AQUI É LUGAR DE PRETO? UMA ANÁLISE LITERÁRIA SOBRE RACISMO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Rosemary Amanda Lima Alves¹; Ingrid Mesquita Colelho¹; Daniel Cerdeira de Souza²

¹Centro Universitário do Norte Rua 10 de Julho, Centro – Manaus

²Universidade Federal do Amazonas

rosemaryalves19@gmail.com; ingrid-m.c@hotmail.com; dancerdeira01@gmail.com

Resumo: Consideramos racismo, o sistema construído historicamente que, a partir da raça, classifica os sujeitos em inferiores e superiores. A partir desse constructo, negros foram colocados em um lugar de inferioridade por toda a história. Objetivamos discutir a incidência do racismo nas universidades brasileiras a partir de uma revisão de literatura em artigos científicos publicados entre 2012-2017 e elaboramos um protocolo para análise descritiva dos achados. Como resultados, percebemos a criação do sistema de cotas para o combate da desvantagem no acesso a universidade, mas poucas ações para o combate do racismo institucional que aflige essa população. O discurso meritocrático ainda é o principal argumento contra as cotas. Concluímos que o racismo nas universidades só pode ser combatido com o comprometimento de diversos atores sociais.

Palavras-chave: Racismo; Universidades Brasileiras; Desigualdades.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo trata-se de uma revisão da literatura que tem como objetivo analisar artigos científicos do período de 2012 à 2017 que abordem o racismo nas universidades brasileiras. Para isso, foi realizada uma busca na base de dados da CAPES com os descritores “Racismo AND Universidade”. As revisões da literatura, segundo Mancini e Sampaio (2006), são caracterizadas pela análise e pela síntese da informação disponibilizada por estudos relevantes publicados sobre um determinado tema, de forma a resumir o corpo de conhecimento existente e levar a concluir sobre o assunto de interesse.

O racismo é uma ideologia de dominação servindo a raça e classe dominante, que inferioriza, inibe e em muitos casos destrói a identidade cultural da população negra. Isso pode ocorrer através de formas de controle, como mecanismos de reprodução cultural e imposição de valores e de representações distorcidas que se acumulam no dia a dia da população.

De acordo com a ONU (2013), os negros constituem mais da metade da população brasileira, no entanto, são sub-representados e invisíveis na maioria das estruturas de poder, nos meios de comunicação e no setor privado. Esta situação tem origem na discriminação estrutural, que se baseia em mecanismos históricos de exclusão e estereótipos negativos, reforçados pela pobreza, marginalização política, econômica, social e cultural. Quando consideramos o quadro docente universitário, também é possível perceber uma hegemonia monocromática branca. Carvalho (2006), aponta que se juntássemos todo quadro docente das principais universidades dedicadas à pesquisa, como USP, UFRJ, Unicamp, UnB, UFRGS, UFSCar e UFMG, teríamos um corpo de aproximadamente 18.400 acadêmicos. Quando considerado a distribuição de raça/cor, 99,6% dos docentes declaram-se brancos e apenas



0,4% declaram-se negros.

Discutir sobre o racismo nas universidades é uma forma de enfrentamento do mesmo, vez que, possibilita reflexões e, a partir disso, a desconstrução de preconceito e discriminação pautada na raça. A partir disso, nos questionamos: O que a literatura entre 2012-2017 no formato de artigos científicos discute sobre racismo nas universidades brasileiras?

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A respeito de definir o que seja o racismo, é necessário considerarmos a ideia de raça, e que a mesma ao longo dos tempos classificou os seres humanos em níveis superiores a inferiores. Moore (2012), afirma que o racismo é um fenômeno histórico que atinge a estrutura social, passando de simples sentimento que o sujeito venha sentir pelo outro, para práticas próprias diante do outro grupo.

No Brasil a dinâmica utilizada mais influente é a política, na qual influência significativa a maneira de como as pessoas negras vivem. O fato da política se concentrar em sua grande maioria nas mãos da elite branca brasileira acaba sendo um empecilho para a criação de políticas voltadas para o combate ao racismo, se constituindo de uma certa forma o que denominam de racismo velado. Isso culmina na precariedade do acesso da população negra a direitos básicos (BATISTA, 2016).

López (2012), afirma que o racismo institucional acontece no dia a dia das instituições, que difere na maneira que as atividades, privilégios e oportunidades são ofertadas a população sobre o ponto de vista racial, acarretando ainda mais as desigualdades.

A fim de diminuição de desigualdades, criou-se o Sistema de Cotas, com o objetivo de ampliar o acesso dos estudantes negros nas universidades. Essa política, advinda da lei 12.711, foi aprovada em 2012 e tem como intuito garantir que determinado número de vagas em estabelecimentos públicos ou privados sejam preenchidas por pessoas oriundas dos setores menos privilegiados da sociedade (BRASIL, 2012).

Trabalhos relacionados

Destacamos os seguintes trabalhos que são relevantes para a temática aqui proposta, sendo:

Mitos e controvérsias sobre a política de cotas para negros na educação superior de Mariluce Bittar e Carina Maciel de Almeida, publicada na revista Educar em 2006. Neste estudo, analisa-se o processo de implantação da política de cotas para negros na educação superior, tomando como base a implementação dessa política na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. Ele Investigou, também, em que medida o sistema de reserva de vagas para negros pode ser considerado uma estratégia de acesso e permanência dos estudantes negros na educação superior. Para atingir tal objetivo, foram entrevistados alunos que ingressaram, pelo sistema de cotas para negros, no Processo Seletivo de 2004 da UEMS nos cursos de Direito e Enfermagem e analisados documentos e legislações referentes à implantação desse sistema na UEMS. Os dados revelaram que os alunos negros compreendem



o sistema de cotas como um direito e que a permanência nos cursos depende de ações efetivas, por parte da Universidade, como bolsas de estudo e apoio pedagógico. As cotas representam uma ação afirmativa no sentido de se garantir o respeito à diversidade racial e a superação das desigualdades historicamente construídas.

No segundo estudo, intitulado Trajetos e percursos: das (im)possibilidades de enfrentamento do racismo dentro da academia, um trabalho de conclusão de curso de Alisson Ferreira Batista publicado em 2016 no repositório digital da UFRGS, o autor busca definir uma base epistemológica sobre a compreensão do racismo; elucidar algumas dinâmicas das instituições de ensino superior acerca das relações raciais e mostrar possibilidades de enfrentamento dos processos colonialistas. Compreendendo o racismo como um fenômeno histórico e estruturante em nossa sociedade, o autor analisa algumas das intercorrências do racismo dentro das universidades, principalmente no que tange a psicologia. Através de uma pesquisa bibliográfica e contando com o suporte teórico-metodológico da psicologia, é trazido algumas discussões sobre como opera o colonialismo nas formas de ensino e alguns dos efeitos disso no sujeito negro. Como um caminho possível para o enfrentamento do racismo dentro da universidade é narrado algumas experiências pessoais, indicando um processo de descolonização do pensamento como forma de sobrevivência intelectual/epistêmica.

Os dois trabalhos acima citados, se diferem desse estudo por possuírem objetivos diferentes, mas o primeiro estudo também configurou-se por ser uma pesquisa qualitativa de campo. O segundo estudo serviu de base conceitual para este, pois trouxe conceitos chave sobre a discussão sobre racismo. Aqui, buscamos discutir sobre as principais formas dessa forma de discriminação na universidade e as ações destas para o enfrentamento dessa demanda.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Este artigo caracteriza-se por ser uma revisão de literatura com um caráter qualitativo descritivo. Qualitativa porque caracteriza-se como pesquisa interpretativa e descritiva por que permite a compreensão do fenômeno sem interferir na realidade do mesmo. A pesquisa bibliográfica serviu para discutirmos sobre os conceitos, a construção das categorias teóricas e o discurso do sujeito coletivo. Ao aplicar a abordagem descritiva em uma revisão de literatura, podemos conhecer novas visões sobre uma realidade já conhecida a partir de um aporte metodológico rigoroso (MINAYO, 2004; GIL, 2008; PIOVESAN, TEMPORINI, 1995; CRESWELL, 2010; AUGUSTO *et al*, 2013, BREAKWELL *et al*, 2010).

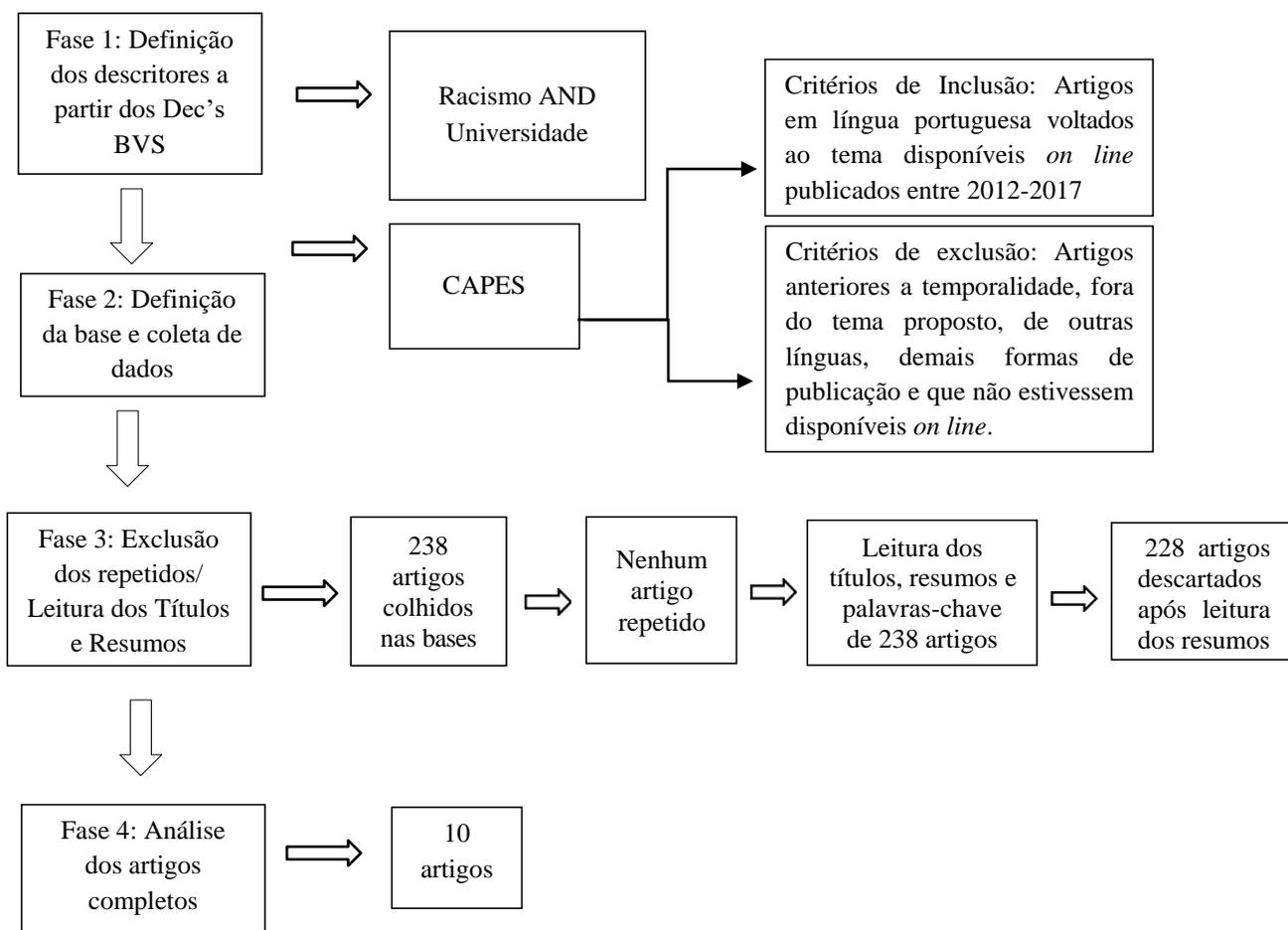
A amostra foi constituída artigos que abordem a temática Racismo na Universidade, indexados na base de dados CAPES. A escolha por tal base se deu por que a mesma integra diversas outras. O levantamento se deu em Setembro de 2018. Consultamos os Dec's BVS para a formulação dos descritores que foram utilizados na busca e a partir dessa consulta, escolhemos os seguintes: “Racismo AND Universidade”.

Como critérios de Inclusão, adotamos: a publicação deve estar dentro da temática citada anteriormente, no idioma português, publicados entre janeiro de 2012 e dezembro de 2017 e estarem disponíveis *on line*. Como critérios de exclusão, excluímos as publicações cujos processos não tivessem de acordo com a temática abordada por este estudo, bem como



publicações anteriores ao período de 2012 e que não sejam no formato de artigos científicos (Teses, dissertações e afins) e que não estivesse disponíveis *on-line*. A partir da aplicação dos descritores, na referida base de dados encontramos 269 artigos, dos quais somente 238 estavam disponíveis. Após isso, catalogamos os achados em uma planilha do Excel. As etapas seguidas foram: 1º) a exclusão dos artigos repetidos entre as bases, dos quais não excluimos nenhum artigo; 2º) a leitura do título, resumo e palavras chave de todos os artigos encontrados para exclusão/inclusão de artigos que atendem o tema de pesquisa delimitado, onde excluimos 228 e após isso, 3º) elaboramos um instrumento para leitura/análise na íntegra dos 10 textos incluídos e análise descritiva dos mesmos, que encontra-se em anexo, contendo: título do artigo, identificação dos autores, tipos de pesquisa, ano de publicação, periódicos nos quais foram veiculados tais estudos, área principal do periódico e avaliação qualis mais alta no triênio 2013-2016, descritores dos artigos, bases de dados de origem dos artigos, objetivos da pesquisa, resultados obtidos e as respostas aos objetivos específicos deste estudo.

O panorama da coleta de artigos pode ser observado na fluxograma a seguir:



4. RESULTADOS E DISCUSSÃO



Dos 10 artigos selecionados para análise no protocolo de revisão, excluimos 5 por não Anais da XII Semana Nacional de Ciência e Tecnologia ICET/UFAM e IFAM 15 a 19 de outubro de 2018 – Itacoatiara/Amazonas



contemplarem o tema proposto nesta revisão. Ficamos então com uma amostra final de 5 artigos, dos quais 1 foi publicado no ano de 2012, outro em 2013, outro em 2014, outro em 2015 e o último em 2016 e não encontramos publicações referentes ao ano de 2017. Quanto ao tipo de estudo, 3 caracterizaram-se por serem estudos teórico e 2 foram pesquisas qualitativas. Não encontramos estudos quantitativos e estudos mistos (quali+quanti). Quanto a avaliação qualis, as revistas vinculadas aos estudos possuíam avaliação B1 para Ensino, B1e B2 para Educação, B5 para Farmácia e A2 para Psicologia.

Descrevemos os estudos selecionados na tabela a seguir:

Autor (es)	Título	Revista	Ano
1. Queiroz	As políticas de cotas para negros nas universidades brasileiras e a posição dos intelectuais	Revista Pedagógica - UNOCHAPECÓ	2012
2. Sevegnani	A negação da raça e o discurso liberal meritocrático	Working Papers em Linguística	2016
3. Sito	Disputas e diálogos em torno do conceito de “ações afirmativas” para o ensino superior no Brasil	Universitas Humanística	2014
4. De Jesus	O Desafio da Convivência: Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas (2004-2008)	Psicologia: Ciência e Profissão	2013
5. Ecker; Torres	Política de cotas étnicas no ensino superior: análise de narrativas de sujeitos do meio universitário	Emancipação	2015

Tabela 1: Descrição dos estudos selecionados

Elencamos também os objetivos e as principais conclusões de cada artigo selecionado, que pode ser observado na tabela 2, a seguir:

Autor	Objetivo	Principais Conclusões
1	Analisar a posição dos intelectuais no contexto do debate em torno da adoção das políticas voltadas para o acesso de estudantes negros às universidades públicas brasileiras	O racismo impede negros de ocupar espaços que estão disponíveis para outros segmentos sociais. Apresenta também a política de cotas como uma tentativa de “amenizar” as desigualdades de acesso de pessoas negra à universidade.
2	Analisar os enunciados sobre raça e racismos de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186, que considera inconstitucional o sistema de cotas para negros da UNB	O ADPF 186 tenta de variadas formas sustentar o discurso liberal meritocrático e preservar os privilégios de grupos hegemônicos
3	Analisar manifestos entregues ao Congresso Nacional, no ano de 2006, por intelectuais brasileiros que	É percebido, de forma clara, a fragilidades dos argumentos contra as cotas raciais, diante dos dados que evidenciam as



	se posicionaram publicamente em relação à política de cotas.	desigualdades do acesso de pessoas negras a universidade.
4	Apresentar a experiência da Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas e analisar os desafios da convivência entre estudantes cotistas e o espaço acadêmico	Conclui-se, com base em gestão da diversidade, que o caminho para a ampliação da importância da ADAC (não apenas como assessoria, mas também como uma referência de inclusão) e do CCN (não apenas como um espaço físico, mas também como um espaço para reflexões e criações) está na sua disponibilidade para o fomento de debates públicos e na sua receptividade a diferentes dimensões da diversidade, além da etnicorracial.
5	Analisar diferentes narrativas de sujeitos do meio universitário sobre as políticas de ações afirmativas e a proposta de cotas nas universidades	Foi possível constatar que a temática da política de cotas ainda apresenta diversas controvérsias. A falta de informações sobre o tema e os diferentes significados acerca das ações afirmativas se mostraram evidentes nos discursos dos sujeitos. É preciso que haja ações educativas sobre o tema para que a falta de informação não reforce ainda mais o racismo.

As principais formas de racismo presentes na universidade descritas na literatura

Uma das primeiras formas de discriminação racista encontrada na literatura foi a discriminação no acesso. Sito (2014) pontua dados que evidenciam a desigual distribuição da população nos níveis de ensino da educação superior. A variável raça/cor não se distribui equanimemente nos diferentes níveis de ensino, influenciando negativamente na trajetória educacional da população negra. O autor citado traz a perspectiva de dois manifestos, um a favor e outro contra as cotas raciais. O manifesto contra as cotas não reconhece a cor/raça como geradora de desigualdade. Dessa forma, essa negação contribui para a cristalização do racismo dentro e fora da universidade, vez que, fechar os olhos para esse fenômeno é negar as desvantagens que os negros sofrem em detrimento aos brancos, desvantagem esta que se perpetua a mais de cinco séculos.

Outro dado relevante que é preciso considerar quando se observa a concorrência entre estudantes brancos e negros por acesso à universidade, é o critério dito “meritocrático”. Esse critério deixa de fora uma parcela considerável de estudantes negros, oriundos de escolas públicas, que embora tendo obtido nota que lhes permitiu aprovação no vestibular, não terão acesso às vagas, pela concorrência com estudantes que obtiveram pontuações mais elevadas (OLIVEIRA, 2012). Quando conseguem acesso, negros permanecem em cursos menos “prestigiados” na universidade. Isso é reflexo de uma educação pública (onde está a maioria do público de alunos negros) de baixa qualidade. As carreiras mais prestigiadas são alvo de acirradas disputas no exame vestibular, constituindo-se como um privilégio dos estudantes brancos, aqueles que realizavam sua educação básica em colégios privados, e em condições mais favoráveis.



Acerca da meritocracia, Sevegnani (2016), cita em seu escopo teórico o discurso liberal-meritocrático ADPF 186, que se contrapõe ao sistema de cotas, afirmando que este fere o direito de igualdade e de meritocracia acadêmica. Esse discurso pode ser aqui elencado como uma forma escancarada de racismo, pois, diante desse discurso, cotistas são tidos como aqueles que “não merecem” estar na universidade, pois não conquistaram a vaga por mérito próprio, sem contar que de certa forma, há uma certa expectativa de que os negros cotistas tenham um desempenho inferior ao dos brancos dentro da universidade.

Ações das universidades para o combate/prevenção do racismo.

É dever dos governantes o estabelecimento de políticas que promovam a garantia de direitos e a não discriminação, assim como tratamento igualitário (ECKER, TORRES, 2015). A desconstrução do racismo é uma tarefa das diferentes instituições do Estado, dentre as quais a Universidade tem um papel protagonista (SITO, 2014). O autor ainda afirma que demanda por ações afirmativas no ensino superior brasileiro começou há alguns anos. A democratização das universidades, como um instrumento de reversão da desigualdade racial já estava presente na agenda dos Movimentos Sociais Negros e Indígenas desde pelo menos a década de 1980, mas foi em 2001 que o evento “III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas de Intolerância Correlatas”, sediado na cidade de Durban, na África do Sul, se tornou catalisador para a implementação dessas políticas no cenário latino-americano.

A partir do início da década passada, começam a ser adotadas medidas visando promover o acesso de negros à universidade. As primeiras instituições a reservarem vagas para estudantes negros foram as universidades estaduais: primeiramente a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2001 (SEVEGNANI, 2016) e Universidade do Estado da Bahia – UNEB em 2002 (QUEIROZ, 2012), sendo seguidas, a partir de então, por outras universidades estaduais, espalhadas pelo País. Um pouco mais tarde, a medida passa a ser adotada, também, por universidades federais.

A Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira universidade federal a instituir o sistema de cotas raciais em 2004. Isso ocorre em meio a intenso debate. Pelas razões que já expusemos, anteriormente, para certos setores da sociedade brasileira a desvantagem que afeta os negros não se deve, à discriminação racial, ao racismo que estrutura as relações sociais no País, mas à condição de pobreza em que se encontra a imensa maioria da população negra, não se justificando, dessa perspectiva, a adoção de políticas com recorte racial (QUEIROZ, 2012).

Mas foi somente em 2012 que a Lei 12.711 que tem como intuito garantir que determinado número de vagas em estabelecimentos públicos ou privados sejam preenchidas por pessoas oriundas dos setores menos privilegiados da sociedade foi aprovada (SEVEGNANI, 2016).

De Jesus (2013), cita uma ação adotada pela UnB, que para criação de ações afirmativas para o combate ao racismo, que criou o Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial. Esse plano teve como ações destinar 20% do total de vagas de cada curso oferecidos a candidatos negros de cor preta ou parda. Tal iniciativa busca romper com a prática segregacionista de se valorizar apenas um segmento étnico. O autor relata que para



permanência qualificada do estudante negro, efetuou-se a implementação de uma Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas –ADAC. Outro passo importante que o autor descreve é a criação do Centro de Convivência Negra – CCN, que objetiva sensibilizar a comunidade acadêmica para temática da negritude. Todas as estratégias contribuíram para a diminuição de comportamentos racistas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta revisão, pudemos observar o reconhecimento do governo brasileiro em relação as desigualdades relacionadas ao acesso ao ensino superior, porém, a principal ação do país foi a criação do sistema de cotas. Claro que não desmerecemos esse revolucionário sistema, mas nos questionamos o que é feito em relação ao racismo institucional que atinge os sujeitos negros todos os dias nas universidades. Somente a UnB apresentou uma estratégia para o “racismo nosso de cada dia”. Isso deixa evidente que ainda que haja um reconhecimento do racismo estrutural em nossa história, ainda há muito o que fazer para garantir um acesso igualitário a universidade e uma permanência sadia, ou seja, tornar a universidade um lugar não hostil para pessoas negras. Esperamos que este artigo possa servir de embasamento teórico para futuras pesquisas sobre o tema e esperamos contribuir para a desconstrução do racismo.

6. REFERÊNCIAS

AUGUSTO, C. A. et al. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007- 2011). **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 51, n. 4, p. 745-764, 2013.

BATISTA, A. F. **Trajetos e percursos: das (im) possibilidades de enfrentamento do racismo dentro da academia** (2016), 38f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2016.

BITTAR, M.; MACIEL DE ALMEIDA, C. E. Mitos e controvérsias sobre a política de cotas para negros na educação superior. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 141-159, 2006.

BRASIL, Lei 12.711, de 29 de Agosto de 2011. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em 25 de Agosto de 2018.

BREAKWELL, G. et al. **Métodos de pesquisa em psicologia**. Porto Alegre; Artmed; 3 ed; 2010.

CARVALHO, J.J. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, n.68, p. 88-103, 2006.



CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa. Métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

DE JESUS, J. G. O Desafio da Convivência: Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas (2004-2008). **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v.33, n.1, p. 222-233, 2013.

ECKER, D. D. I.; TORRES, S. Política de cotas étnicas no ensino superior: análise de narrativas de sujeitos do meio universitário. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 15, n. 1, p.115-129, 2015

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2008.

LOPEZ, L. C. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 16, n. 40, p. 121-134, 2012.

MANCINI, M. C; SAMPAIO, R. F. Quando o objeto de estudo é a literatura: estudos de revisão. **Rev. bras. fisioter.**, São Carlos, v. 10, n. 4, 2006.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde.** 8 ed.. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOORE, C. **Racismo e Sociedade Novas Bases Epistemológicas para entender o racismo.** Belo Horizonte: Mazza, 2012.

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 318-325, 1995.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Grupo de Trabalho da ONU sobre Afrodescendentes divulga comunicado final sobre visita ao Brasil.** ONU, 2013. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/grupo-de-trabalho-da-onu-sobre-afrodescendentes-divulga-comunicado-final/>. Acesso em 25 de Agosto de 2018.

QUEIROZ, D. M. As políticas de cotas para negros nas universidades brasileiras e a posição dos intelectuais. **Revista Pedagógica – UNOCHAPECÓ.** Chapecó, vol. 28 n. 01, 2012

SEVEGNANI, Maíra. A negação da raça e o discurso liberal-meritocrático. **Working Papers em Linguística**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 96-119, 2016.

SITO, L. Disputas e diálogos em torno do conceito de “ações afirmativas” para o ensino superior no Brasil. **Universitas Humanística**, Bogotá, v. 77, p. 251-273, 2014.

